



**Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Administração
Campus VII – Patos - Paraíba**

EDVANCLEIDE PROCÓPIO LEITE

**PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SOCORRO EM OLHO D'ÁGUA-PB
SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA**

**Patos – PB
2021**

EDVANCLEIDE PROCÓPIO LEITE

**PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SOCORRO EM OLHO D'ÁGUA-PB
SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em
Administração da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em
Administração.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Aretuza Candeia de Melo

**Patos – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L533p Leite, Edvanleide Procópio.
Percepção da população do Distrito do Socorro em Olho D'água - PB sobre a política pública de abastecimento d'água [manuscrito] / Edvanleide Procópio Leite. - 2021.
42 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Políticas públicas. 2. Abastecimento de água. 3. Potabilidade. 4. Política Nacional de Saneamento Básico. I.

Título

21. ed. CDD 361.25

EDVANCLEIDE PROCÓPIO LEITE

**PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SOCORRO EM OLHO D'ÁGUA-PB
SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA**

Aprovada em 31 de agosto de 2021.

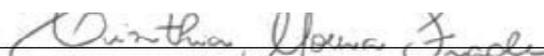
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. ARETUZA CANDEIA DE MELO - UEPB
Orientadora



Prof^ª. Dr^ª. THELMA FLAVIANA RODRIGUES DOS SANTOS - UEPB
1º Examinador



Prof. MsC. CINTHIA MOURA FRADE - UEPB/IFPB
2º Examinador

Dedico,

A meu pai Valdomiro Procópio Leite (*in
memória*)

AGRADECIMENTOS

A *DEUS*, por me manter sempre motivado.

A minha esposa *Maria de Lourdes Ferreira* e minha filha *Maria Cecília Ferreira Procópio* pelo amor e incentivo.

A minha orientadora Prof^a Dr^a *Aretuza Candeia de Melo* pela ajuda e dedicação durante todos os passos deste trabalho.

Aos meus *amigos* e *colegas* da Universidade Estadual da Paraíba pelos momentos de alegria e aprendizado.

Aos meus *mestres* da Universidade Estadual da Paraíba.

LEITE, Edvanleide Procópio. PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SOCORRO EM OLHO D'ÁGUA-PB SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA. **Monografia de Graduação.** Curso de Bacharelado em Administração do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba. Campus VIII. Patos-PB: UEPB, 2021, 42p.

RESUMO

Com a necessidade de entender as dificuldades vividas pela população no Município de Olho D'Água-PB, concernente ao serviço público de abastecimento de água num contexto da problemática da qualidade de potabilidade desse recurso, principalmente no Distrito do Socorro, pela falta de acesso à água potável na promoção de saúde e cidadania. A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma avaliação da potabilidade da água sob a perspectiva da política pública do Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água-PB, bem como, identificar os benefícios que a água tratada pode trazer para a saúde da comunidade. A metodologia foi de natureza exploratória, com método de pesquisa quantitativo e qualitativo, na qual foram aplicados questionários com a população da comunidade, em um universo de 25 amostras. A pesquisa foi realizada no período de dezembro de 2020 a janeiro de 2021, com um questionário semi-estruturado e aplicado de forma presencial de modo aleatório. A escolha desse método deu-se devido à capacidade do mesmo em evidenciar qualitativamente o problema enfrentado pela população. Nos resultados e discussão foi possível avaliar a ineficiência da gestão pública, e em especial, no Distrito do Socorro, em oferecer serviços públicos de qualidade, no qual coaduna com a negligência do governo com esse direito que é imprescindível à subsistência humana e impacta negativamente no bem-estar das pessoas. A problemática da qualidade da água que abastece o município não é um fato isolado na região, que apresentam o problema de potabilidade da água para consumo humano, muitos moradores vivem em situação de descaso, sem condições dignas de uma água de qualidade. Conclui-se que, o Distrito do Socorro, a água fornecida apresenta desconformidade com os padrões de potabilidade, bem como, relatado pela população a negligência da administração pública, quanto ao abastecimento contínuo, tendo em vista que o sistema de bombeamento disponível vive apresentando defeito no âmbito da referida comunidade.

Palavras chave: Serviço Público. Abastecimento D'água. Qualidade. Potabilidade.

LEITE, Edvanleide Procopio. PERCEPTION OF THE POPULATION OF THE DISTRICT OF RELIEF IN OLHO D'ÁGUA-PB ABOUT THE PUBLIC POLICY OF WATER SUPPLY. **Graduation Monograph.** Bachelor's Degree in Administration at the Center for Exact and Applied Social Sciences at the State University of Paraíba. Campus VIII. Ducks-PB: UEPB, 2021, 42p.

ABSTRACT

With the need to understand the difficulties experienced by the population in the Municipality of Olho D'água-PB, concerning the public water supply service in the context of the problematic quality of potability of this resource, especially in the District of Socorro, due to the lack of access to drinking water in promoting health and citizenship. This research aimed to carry out an evaluation of water potability from the perspective of public policy in the District of Socorro in the municipality of Olho D'água-PB, as well as to identify the benefits that treated water can bring to the health of the community. The methodology was exploratory in nature, with a quantitative and qualitative research method, in which questionnaires were applied to the community population, in a universe of 25 samples. The survey was conducted from december 2020 to january 2021, with a semi-structured questionnaire applied in person at random. This method was chosen due to its ability to qualitatively highlight the problem faced by the population. In the results and discussion, it was possible to assess the inefficiency of public management, and in particular, in the District of Socorro, in offering quality public services, in which consistent with the government's neglect of this right, which is essential to human subsistence and negatively impacts the well being of people. The problem of the quality of the water that supplies the city is not an isolated fact in the region, which present the problem of potability of water for human consumption, many live residents in a situation of neglect, without decent conditions of quality water. It is concluded that, in the District of Socorro, the water supplied does not comply with the standards of potability, as well as the negligence of the public administration regarding the continuous supply, as reported by the population, considering that the available pumping system is always showing defects. within that community.

Keywords: Service Public. Supply. Water. Quality. Potability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Um analista de políticas públicas.....	15
Figura 2 - O Ciclo das Políticas Públicas.....	16
Figuras 3 e 4 - Gestão dos serviços públicos e saneamento básico.....	19
Figura 5 e 6 - Condições de saneamento básico numa comunidade urbana.....	21
Figura 7 - Localização do Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água.....	26
Figura 8 - Antiga caixa d'água usada para o abastecimento do Distrito do Socorro da década de 1990.....	31
Figuras 9 e 10 - Sistema de captação e armazenamento de água do Distrito do Socorro.....	32
Figuras 11 e 12 - Estação Tratamento de Água (ETA) compacta em funcionamento, administrada pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgoto da Paraíba).....	36

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Gestão dos Serviços Públicos e Sistema de Saneamento Básico.....	20
Quadro 2 - Processo de tratamento da água através de uma ETA.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Qualidade da água consumida no Distrito do Socorro, segundo a comunidade.....	33
Gráfico 2 - Principal fonte de água utilizada para beber.....	33
Gráfico 3 - Satisfação da população quanto ao fornecimento de água pelo poder público.....	34
Gráfico 4 - Condições da coloração da água consumida pelo Distrito do Socorro.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
1.1 Políticas Públicas e o Ciclo Público.....	14
1.2 Gestão dos Serviços Públicos e o Sistema de Saneamento Básico.....	18
1.3 O Déficit de Saneamento Básico no Brasil e a Política Nacional de Saneamento Básico	22
2. MATERIAL E MÉTODOS.....	26
2.1 Caracterização da Área de Estudo.....	26
2.2 Procedimentos Metodológicos.....	28
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Um dos bens naturais mais importantes, a água é o recurso mais utilizado na produção industrial e agrícola, na geração de energia através das hidrelétricas e necessária a sobrevivência humana, por isso, a água deve ser tratada como uma política pública de responsabilidade social e ambiental devido ao bem que faz e traz à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Por isso, a questão da potabilidade da água deve ser vista e gerenciada pelo meio da gestão pública, seja no âmbito municipal, estadual e/ou federal.

A atenção da Administração Pública com o tratamento adequado da água é muito importante para a sociedade, em virtude de a mesma ser um transmissor de uma série de doenças a população, quando não tratada. No Estado da Paraíba o órgão responsável pela distribuição, controle e qualidade de água para os municípios é a Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA - um conjunto de atividades institucionais formadas por: abastecimento de água, esgotamento sanitário, controle dos reservatórios e dos vetores da água.

Com base no exposto no corpo dessa pesquisa, a mesma teve como objetivo realizar uma avaliação da percepção dos moradores sobre a potabilidade da água fornecida no Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água-PB, bem como, identificar os benefícios que a água tratada pode trazer à saúde da comunidade. A temática central deste trabalho foi intitulada “PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SOCORRO EM OLHO D'ÁGUA-PB SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA”.

Cuja temática levou ao levantamento da problemática, que foi avaliar os principais impactos que a água não tratada pode trazer à saúde da população e o tratamento da água inserido como uma política pública efetiva de saúde, no âmbito do poder público, especialmente na Comunidade do Socorro. Sendo assim, foi possível observar que é de fundamental importância que a água tratada atenda a todos os padrões de potabilidade exigido pelo órgão de gestão e fiscalização, sendo uma importante contribuição para a melhoria da saúde das pessoas.

Nesse sentido, o presente estudo estabeleceu como problema de pesquisa os principais impactos da utilização da água tratada e de qualidade, como ferramentas de política pública de saúde do Distrito Socorro, localizado no Município de Olho D'Água-PB. Isso se justifica pela ineficiência da administração pública na aplicabilidade correta dos recursos financeiros disponíveis associados à falta de visão social na demanda por políticas públicas, devendo agregar as informações levantadas pelos profissionais vinculados à Secretaria de Saúde sobre as morbidades ocasionadas pela utilização

da água, e que os gestores ofereçam condições dignas de saúde e cidadania à população da Comunidade Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água-PB.

A gestão municipal de Olho D'Água precisa instituir valores através da elaboração de leis voltadas para melhorar a disponibilidade dos serviços básicos de saúde pública. Com efeito, trazer à luz ao poder público municipal sobre a importância da disponibilidade de recursos para a construção de uma Estação de Tratamento de Água. A falta de potabilidade do líquido que é distribuído no Distrito do Socorro coloca em risco a vida das pessoas, expondo-as a doenças que são oriundas do má utilização da água, causa-lhes desidratação, diarreias e outras doenças que prejudicam o desenvolvimento de toda comunidade, principalmente das crianças, diminui a autoestima e aumenta sensação de insegurança sanitária.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Políticas Públicas e o Ciclo Público

Não há unanimidade sobre uma definição precisa de Política Pública. As Políticas públicas podem ser descritas como a estrutura geral dentro da qual as ações do governo são empreendidas para o alcance de objetivos públicos, com uma boa definição de políticas públicas, para os nossos fins, sendo o estudo das decisões e ações governamentais projetados para lidar com um assunto de interesse público. As políticas são processos intencionais de ação planejada em resposta a um problema percebido ou observado (WÖHLKE, 2016).

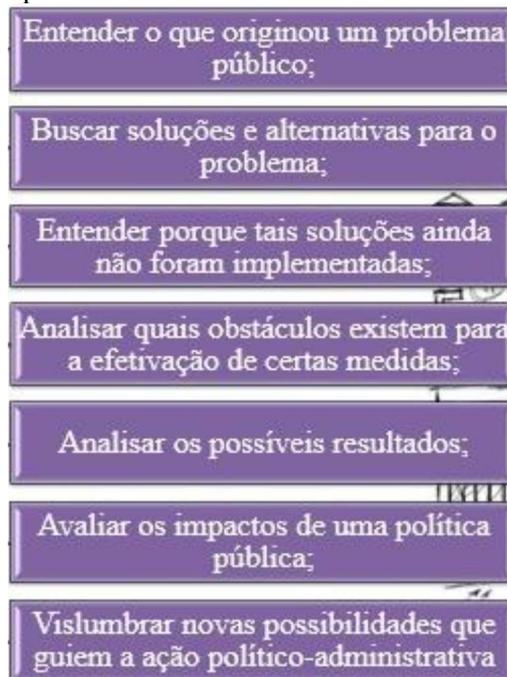
Para Medeiros (2018) as políticas públicas são filtradas por meio de um processo político específico, adotado, implementado por meio de leis, regulamentares medidas, cursos de ação do governo e prioridades de financiamento, e aplicadas por um Agência Pública num processo analítico de políticas públicas. Indivíduos e grupos tentam moldar políticas públicas por meio do mobilização de grupos de interesse.

A política oficial fornece orientação aos governos sobre uma série de ações e também fornece vínculos de responsabilidade mútua entre o governo e seus cidadãos. O processo de política inclui vários aspectos-chave: uma definição do problema a ser abordada, as metas para as quais a política se destina e os instrumentos de política empregados para enfrentar o problema e atingir as metas da política. “No âmbito da atuação profissional é crescente a demanda por profissionais técnicos na área de políticas públicas para trabalhar em organizações públicas, organizações do terceiro setor, órgãos internacionais, que apresentem” (SECCHI, 2012, p.12):

- Capacidade analítica refinada para entender fenômenos político-administrativos;
- Criatividade para encontrar soluções dos problemas públicos que sejam tecnicamente eficientes e politicamente viáveis;
- Conhecimento legal-institucional;
- Habilidades de previsão e de antecipação, para vislumbrar possíveis efeitos das políticas públicas sobre comportamentos individuais e coletivos.

Como pode ser observado através da Figura 1, além desse perfil, citado por Secchi (2012), um analista de políticas públicas precisa:

Figura 1: Um analista de políticas públicas



Fonte: Secchi, 2012.

As Políticas Públicas surgem quando a sociedade coloca um olhar sobre o interesse de mudar uma realidade, exigindo do governo uma ação efetiva capaz de transformar a vida das pessoas naquela região.

Para Fonseca (2013, p.1):

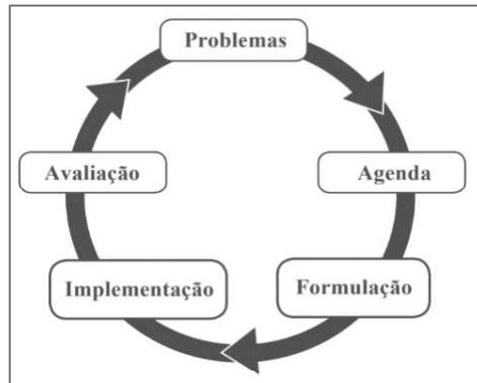
A expressão "políticas públicas" tornou-se de domínio comum nos últimos anos e frequente nos discursos eleitorais e governamentais, no debate público, na academia e nas organizações politicamente organizadas da sociedade. Conforme aludido, é definida de forma minimalista como "o governo em ação", entre diversas outras definições possíveis, e sua viabilização só é possível se houver um projeto definido e a mobilização de recursos orçamentários, humanos, informacionais, legais e logísticos. Tal profusão de espaços em que é invocada, muitas vezes de forma distinta, faz dessa expressão algo com aparência "neutra" e "consensual", pois supostamente voltada ao "bem público" e ao "bem-estar social".

Aparentemente ninguém discordaria de programas – das mais variadas ordens – cujos objetivos seriam minorar e/ou resolver problemas que afetam grande número de pessoas e, conseqüentemente, o país. Pois bem, essa imagem "generosa" das "políticas públicas", em que todos ganham e ninguém perde ou discorda – a referida "naturalização" –, é não apenas falsa como representa verdadeira armadilha à compreensão de seu significado, na medida em que encobre disputas de poder.

Mead (1995) a define como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Já para Lynn (1980) “é um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Conforme Laswell (1984), a definição mais conhecida continua sendo, ou seja, “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”.

O Ciclo das Políticas Públicas foi desenvolvido por Lasswell em 1956, nos Estados Unidos, retrata que o mesmo tem como objetivo de demonstrar como algumas demandas emergem da sociedade e consegue obter uma resposta governamental, com ações estatais que visam a modificar a realidade social identificada com o problema original de forma a eliminá-lo ou reduzir o seu impacto. O Ciclo é constituído, a partir do encadeamento de cinco fases, como pode ser visto na Figura 2:

Figura 2: O Ciclo das Políticas Públicas



Fonte: Lasswell, 1956.

1. Existência de Demandas (Problemas e Oportunidades): em meio à sociedade, há uma diversidade de problemas e interesses, que afetam em alguma medida um determinado segmento da população. Em algumas dessas questões conseguirão espaço na agenda pública. Em outras questões, por uma série de possíveis razões, permanecerão sem mobilizar os atores políticos, de forma que não virão a integrar um conjunto de programas e ações de governo;
2. Formação de Agenda: é a fase em que um determinado pleito da sociedade consegue espaço na lista de prioridades do poder público. A partir desse momento, um problema que havia sido identificado consegue ingressar na pauta de questões que receberão um tratamento governamental;
3. Formulação da Política: na etapa de formulação, são debatidas alternativas para a resolução do problema a ser enfrentado, são avaliados os custos e benefícios de cada opção e são definidas as prioridades. A partir da melhor opção, são estabelecidos de forma precisa os objetivos e metas a serem alcançados, bem como elaborados os planos que permitirão elaborar a política pública;
4. Implementação da Política: nesta fase, ocorre a mobilização do aparato administrativo do governo, com a reunião dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para a execução da política, e realizadas as ações que permitirão o alcance dos resultados planejados. É importante ressaltar que, durante a implementação, deve-se realizar

de forma sistemática o acompanhamento da realização das ações, de forma a detectar possíveis necessidades de correção de rumos com a maior antecedência possível;

5. Avaliação: é preciso ser realizada a mensuração dos resultados, de forma a permitir a análise dos efeitos produtivos pela política pública, verificando, inclusive, as possíveis consequências sobre a sociedade.

O Ciclo das Políticas Públicas originalmente propostas por Lasswell (1956), o fundador da moderna análise de políticas e políticas públicas, ainda é considerado um dos fundamentos na caixa de ferramentas conceituais dos estudiosos da política. A estrutura do ciclo de políticas origina-se da ideia de organizar e ordenar a complexidade da formulação de políticas. É uma ferramenta heurística¹ por meio da qual mostra diferentes estágios da dinâmica contínua e interminável dos processos políticos podem ser segmentados e, em seguida, analisados.

No entanto, é uma ferramenta conceitual poderosa para simplificar e tornar viável a complexidade da formulação de políticas públicas. No geral, ela possui uma capacidade descritiva relevante que ainda é útil, apesar de muitos críticos terem sublinhado que corre o risco de simplificar demais a densidade interconectada e entrelaçada do fluxo do processo de política.

O cumprimento dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ou seja, do Desenvolvimento Sustentável para água e saneamento básico requer um investimento significativo, gestão pública eficaz e participação de todas as partes interessadas, principalmente da sociedade. Isso é especialmente desafiador em municípios com baixa renda salarial, na qual as ineficiências dos serviços públicos devido à infraestrutura básica é limitada e à ausência de um sistema de gestão de água potável ainda não é eficaz e nem são mais prevalentes, nem no Estado da Paraíba e na maioria dos municípios brasileiros.

1.2 Gestão dos Serviços Públicos e o Sistema de Saneamento Básico

Loureiro (2009, p. 22), com base em Souza e Ruas (2002), diz que:

O campo da gestão das políticas públicas, como área do conhecimento, surgiu nos EUA. No entanto, esta se concentrou mais no estudo do Estado e suas instituições e não na produção

¹ Heurística é um método ou processo criado com o objetivo de encontrar soluções para um problema.

do governo como ocorria na Europa. No Brasil, estudos sobre políticas públicas ressurgiram nas últimas décadas. A adoção de políticas restritivas de gastos, a ênfase no ajuste fiscal e a necessidade de formular políticas públicas que fossem capazes de promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social, foram fatores que, impulsionaram o crescimento da importância do campo das políticas públicas.

Na tentativa de esclarecer alguns conceitos e teorias utilizadas para o melhor entendimento de políticas públicas, para haver o progresso e a sobrevivência de uma sociedade é necessário que os conflitos existentes sejam mantidos dentro de “limites administráveis”. Só que, para isso, as únicas formas para essa manutenção seriam a “coerção pura e simples e a política”. Com a coerção, o impacto seria reduzido e o custo da sua aplicação seria muito elevado. Já a política, segundo essa mesma autora, tem sentido mais amplo e “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos.

Esta argumenta que os esforços de reforma do setor público no desenvolvimento do Brasil precisam abraçar essas mudanças seletivamente e desenhar em uma série de modelos de gestão pública que são apropriados a diferentes contextos, colocando as necessidades e interesses de cidadãos no centro dos esforços de reforma consistentes como uma nova abordagem do serviço público (LOUREIRO, 2009).

As limitações de hierarquia e rigidez associada ao poder público tradicional e as abordagens de administração diante do sistema de saneamento básico e os problemas de pluralidade e fragmentação associada à nova gestão pública surgiram com maior veemência a partir da década de 1990, com a Conferência da Eco-92, na qual foi instituída a Agenda 21, na qual descreve sobre a gestão das políticas públicas no cenário do saneamento básico. Segundo Ferreira (1975), a gestão, significa:

O ato de administrar. Administrar, por sua vez, significa planejar, coordenar, controlar, organizar, comandar. No entanto, esses dois conceitos não podem ser confundidos, apesar da sua estreita relação. As definições de Administração Pública e de Gestão Pública são diferentes. A primeira são instituições que operam o Estado e refletem conflitos, tensões e mudanças que são postas ou por elas definidas, já a gestão é a forma como a Administração Pública funciona.

O caso para uma mudança em foco reflete as mudanças no ambiente local, regional e global mais ampla no país, devido à complexa e multifacetada ingerência na área de saneamento básico, ou seja, problemas de política públicas que por sua vez passaram a requererem respostas mais coerentes dos governantes nas esferas federal, estadual e municipal e maior colaboração em todo o processo por parte da gestão dos serviços públicos. Finalmente, o papel da gestão dos serviços públicos deve ser argumentado sobre a necessidade de mudanças, de uma preocupação com forma organizacional e função para dar maior ênfase e engajamento do cidadão, motivações e incentivos que conduzam uma maior cobrança em termos de qualidade e eficiência junto ao sistema de saneamento básico (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Gestão dos serviços públicos



Fonte: Reis e Ferreira, 2019.

Figura 4: Saneamento básico



Fonte: Trata Brasil – Saneamento é Saúde, 2017

Loureiro (2009, p. 23), relata a que objetivos da gestão das políticas públicas:

Os objetivos da gestão das políticas públicas são: responder as demandas dos setores marginalizados; ampliar e efetivar os direitos de cidadania; promover o desenvolvimento; e, também, regular os conflitos entre os diversos atores sociais. Assim, políticas públicas é o Estado em ação. A essência da política pública é, justamente, o embate em torno das ideias e interesses e, em alguns casos, nem sempre existe compatibilidade entre o que se declara e o que se faz.

A formulação de uma política pública envolve a participação de diversos atores com ideais, projetos e interesses diferenciados e, em alguns casos, até contraditórios. Por isso, a necessidade de mediações para que haja um consenso mínimo entre as partes e que a política pública seja legitimada. Para essa legitimação, a presença da sociedade civil na discussão e em todo processo de formulação, implementação, avaliação e fiscalização das políticas públicas faz-se necessária e fundamental.

A gestão dos serviços públicos e o sistema de saneamento básico apresentam uma grande ligação, ou seja, conexão (FIGURA 5). Ambos se apresentam vinculados e indissociáveis no âmbito do poder público, tanto municipal, estadual e federal. Pode-se dizer que:

Quadro1: Gestão dos Serviços Públicos e Sistema de Saneamento Básico

Gestão dos Serviços Públicos	Sistema de Saneamento Básico
“A gestão de serviços públicos enfrenta o desafio de aumentar e melhorar suas prestações de serviços através de políticas de gestão que não suponham um aumento descontrolado dos gastos. Certas ideias e	“O sistema de saneamento básico é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a

<p>princípios utilizados em estratégias de marketing e de gestão de qualidade podem ser utilizados no entorno público com o objetivo de desenvolver e melhorar o potencial da atuação prestadora de serviços das organizações públicas. Considerar as atitudes, preferências e desejos do cidadão no desenho e implementação da atuação pública possibilita uma dinâmica mais participativa na gestão dos serviços, aumentando a receptividade da Administração”.</p>	<p>qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. Ter saneamento básico é um fator essencial para um país poder ser chamado de país desenvolvido. Os serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vidas das pessoas, sobretudo na saúde Infantil com redução da mortalidade infantil, melhorias na educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na despoluição dos rios e preservação dos recursos hídricos, etc”.</p>
<p>Fonte: Portal Educação, 2014, p. 1.</p>	<p>Fonte: Trata Brasil – Saneamento é Saúde, 2017, p.1</p>

O saneamento básico adequado, juntamente com boa higiene consiste do: (1) abastecimento de água, (2) esgotamento sanitário, (3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e (4) drenagem e manejo de águas pluviais são fundamentais para uma boa saúde, qualidade de vida e para o desenvolvimento social e econômico de uma localidade, região ou país. As melhorias desses quatro componentes do saneamento básico podem reduzir substancialmente as taxas de morbidade e a gravidade de várias doenças e melhora a qualidade de vida de um grande número de pessoas, especialmente crianças e idosos.

Embora vinculados e, muitas vezes, se apoiando mutuamente, esses quatro componentes têm diferentes características de saúde pública, se não houve mais avanços e sugerir estratégias para melhorar o impacto do saneamento, destacando o papel da Administração Pública e do Setor de Saúde. Também procura-se mostrar que as atividades desenvolvidas na área de saneamento básico para melhorar a qualidade de vida da população, antes considerado domínio exclusivo dos engenheiros, agora exige o envolvimento de cientistas sociais e humanos, especialistas em mudança de comportamento, como os Administradores.

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (2017), 4,5 bilhões de pessoas atualmente não têm acesso a saneamento básico adequado no mundo, e são, forçadas descartarem seus excrementos em condições inadequadas e anti-higiênicas. Esses que sofrem pela falta de um sistema de saneamento adequado, tendem a ser vítimas da pobreza e de uma sociedade que se encontra a margem das políticas públicas, enfrentando problemas de saúde e um má qualidade de vida em geral (AGÊNCIA BRASIL, 2017) - (FIGURAS 5 e 6).

Figuras 5 e 6: Condições de saneamento básico em uma comunidade urbana



Fonte: Melo, 2018.

Conforme a Agência Brasil (2017, p.1):

Cerca de 4,5 bilhões de pessoas no mundo – bem mais da metade da população global atual de 7,6 bilhões de habitantes - não têm acesso a saneamento básico seguro, segundo relatório recente divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Já a quantidade de moradores do planeta com algum saneamento básico é de 2,3 bilhões. A informação é da ONU News. O documento das Nações Unidas indica ainda que o número de pessoas sem acesso à água potável em casa é de 2,1 bilhões em todo o mundo. O diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus afirmou que água potável encanada, saneamento e higiene não deveriam ser privilégios apenas daqueles que vivem em centros urbanos e em áreas ricas. Para ele, os governos são responsáveis por assegurar que todos tenham acesso a esses serviços.

O saneamento é uma intervenção crítica necessária para melhorar as condições de vida entre os pobres, que se encontram em situação de vulnerabilidade, para reduzir ou prevenir doenças ambientais e outras condições debilitantes graves, especialmente entre as crianças e os mais idosos. A ausência de gestão dos serviços públicos de apoio para fornecer a base para o planejamento e implementação nos programas de saneamento são um elo que falta para melhorar a cobertura em grande escala, só não no Brasil, como nos países de economia periférica, que se encontram sob o dogma da marginalidade e vulnerabilidade socioeconômica, ambiental, política e cultural.

1.3 O Déficit de Saneamento Básico no Brasil e a Política Nacional de Saneamento Básico

No mundo, existiam em 2017 mais de 844 milhões de pessoas sem acesso à água potável, ao passo que 2,3 bilhões conviviam com esgotos pela falta de coleta, e 892 defecavam a céu aberto,

números extremamente expressivos se considerarmos uma população mundial estimada em 7,6 bilhões de pessoas. Esse quadro implica a disseminação das chamadas doenças de veiculação hídrica, em uma relação estreita entre problemas de saneamento básico e de saúde. Cerca de 23% das mortes registradas no mundo podem ser atribuídas a condições ambientais, tais como as condições de higiene e a falta de acesso a serviços de saneamento. Um quarto das mortes de crianças com até 5 anos de idade poderiam ser evitadas apenas com condições de higiene e saneamento adequadas (OMS, 2017).

O Brasil ainda vive enorme desigualdade e déficit, principalmente no que diz respeito à coleta e tratamento de esgoto, ocasionado pela ineficiência do Estado na elaboração de políticas públicas de saneamento ambiental, voltadas à melhoria da infraestrutura das cidades e dos aglomerados rurais como por exemplo, pavimentação, coleta seletiva do lixo, distribuição de água e esgotamento sanitário, além do crescimento desordenado das cidades (invasões de terrenos públicos, construções irregulares, omissão dos órgãos de fiscalização, por exemplo), dificultando ainda mais a colocação da rede coletora de esgoto.

Desde o final dos anos 1970, as legislações federais que vêm atuando como ferramenta de apoio na inter-relação entre o sistema de abastecimento de água, conforme sociedade e meio ambiente são, segundo a Agência Nacional das Águas (ANA) (2015):

1. A Lei n. 6.766/1979, que define as competências do Estado e do Município sobre a questão do parcelamento do solo.
2. A Lei n. 6.938/1981, regulamentada pelo Decreto n. 99.274/1990, que define a Política Nacional do Meio Ambiente e regula a estrutura administrativa de proteção e planejamento ambiental, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNEMA).
3. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente.
4. A Resolução CONAMA Nº 5, que dispõe sobre o tratamento dos resíduos sólidos gerados em estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários.
5. A Lei n. 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
6. A Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e Política Federal do Saneamento Básico.
7. O Decreto n. 7.217/2010, que regulamenta a Lei n. 11.445/2007 e estabelece normas para sua execução.
8. A Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

9. O Decreto n. 7.404/2010, que regulamenta a Lei n. 12.305/2010.

10. O Decreto n. 8.211/2014, que altera o Decreto n. 7.217 de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei Nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

De acordo com a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, no Art. 1º e 2º definida pelas Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico (BRASIL/PNSB, 2008), estabelece que os serviços públicos de saneamento básico sejam prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - Universalização do acesso;

II - Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; V - Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltada para a melhoria da qualidade de vida, para os quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - Eficiência e sustentabilidade econômica; VIII - Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - Controle social;

XI - Segurança, qualidade e regularidade;

XII - Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Para regulamentar o acesso aos recursos hídricos, a Agência Nacional de Águas (ANA, 2015) e os órgãos gestores estaduais utilizam mecanismos de planejamento e coordenação do uso da

água no País. Um exemplo é a Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL/PNRH, 1997), instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e também chamada de Lei das Águas. Esta e outras regras orientam a gestão de recursos hídricos no país e promovem o uso múltiplo das águas brasileiras.

A Lei n. 11.445, consolida a definição de Saneamento Básico, definindo-o como um conjunto de serviços de infraestrutura e instalações operacionais envolvendo as quatro áreas descritas a seguir:

a) Abastecimento de Água Potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição,

b) Esgotamento Sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente,

c) Limpeza Urbana e Coleta de Resíduos Sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas,

d) Drenagem Urbana: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

O acesso à água de boa qualidade e em quantidade adequada está diretamente ligado à saúde da população, contribuindo para reduzir a ocorrência de diversas doenças (BRASIL/PNSB, 2008). A Portaria de Potabilidade da Água Nº 518/04 do Ministério da Saúde, define água potável como água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde.

A água potável é elemento indispensável à saúde humana, e hoje, reconhecida como uma política pública de saúde pode transformar a vida dos moradores de uma determinada região. O consumo de água tratada impacta positivamente no meio ambiente, alertando para o cuidado com os mananciais e cursos d'água, e no comportamento das pessoas, passando a viver com hábitos mais saudáveis, ocasionados pela erradicação de doenças causadas pelo consumo de água contaminada, proporcionando assim, uma sensação de bem-estar e segurança no ser humano. Segundo Cavinatto (1992), desde a antiguidade o homem aprendeu intuitivamente que a água poluída por dejetos e resíduos podia transmitir doenças.

A água é um recurso natural fundamental à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possuindo uma infinidade de usos, dos mais simples aos mais complexos. Apesar de ser um bem público, vem se tornando ao longo do tempo um recurso escasso que precisa ser cuidado com muito discernimento (NETO, 2006, p. 11).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), a maioria das enfermidades que atinge a população mundial ainda é transmitida pela água. São consequências da ausência de políticas de saúde e de saneamento básico. A ciência demonstrou que o saneamento de fato tem uma série de interfaces com o desenvolvimento social, econômico, humano e, inclusive, em termos de capacidade cognitiva da população.

A qualidade da água, por si só (em particular a qualidade microbiológica da água) tem uma grande influência sobre a saúde. Se não for adequada, pode ocasionar surtos de doenças e causar sérias epidemias. Os riscos à saúde, associados à água, podem ser de curto prazo (quando resultam da poluição de água causada por elementos microbiológicos ou químicos) ou de médio ou longo prazo (quando resultam do consumo regular e contínuo, durante meses ou anos, de água contaminada com produtos químicos, como certos metais ou pesticidas) (LUNA, 2011). Os recursos hídricos têm capacidade de diluir e assimilar esgotos e resíduos, mediante processos físicos, químicos e biológicos, que proporcionam a sua autodepuração. Essa capacidade é limitada em face da quantidade e qualidade de recursos hídricos existentes (SETTI et al., 2001).

2. MATERIAL E MÉTODOS

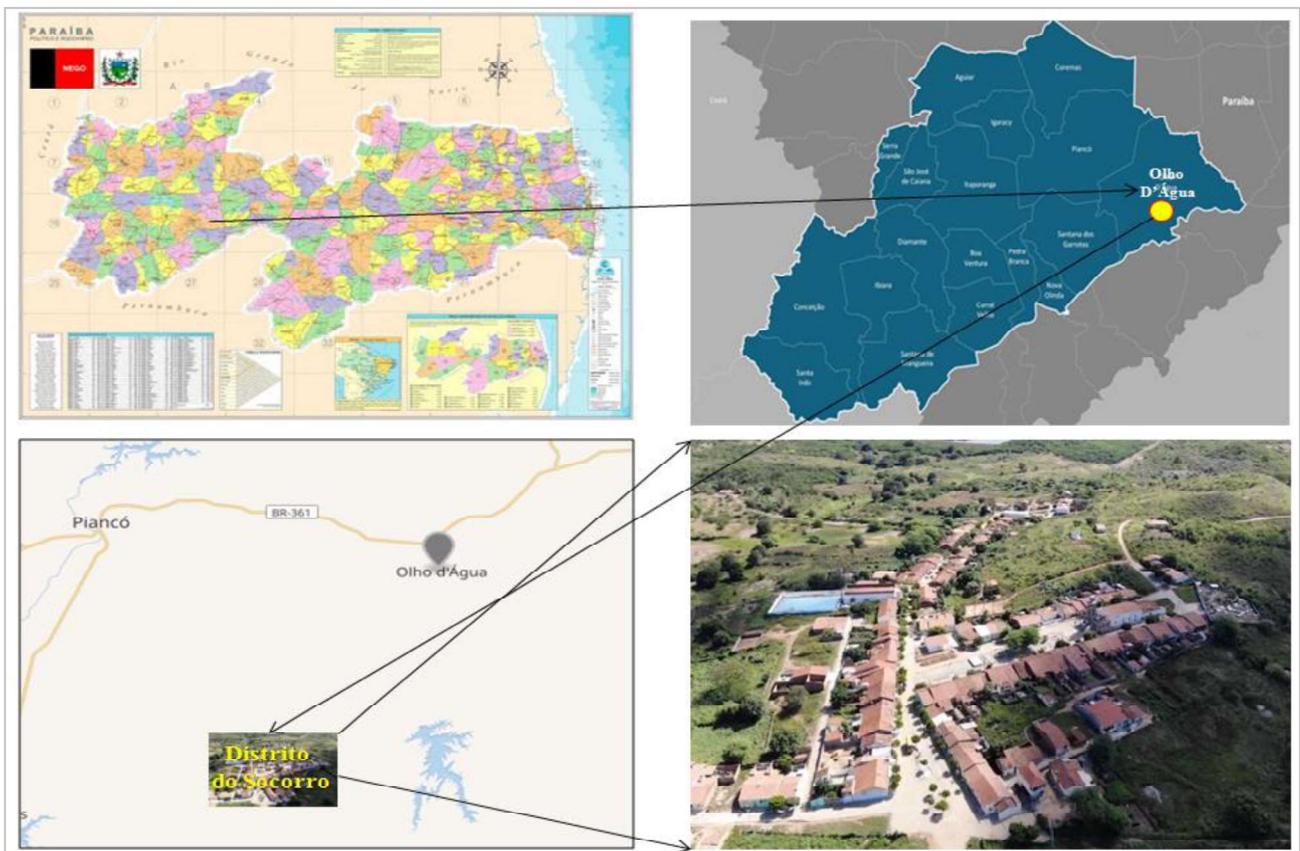
2.1 Caracterização da área de Estudo

O Município de Olho D'Água está localizado a Oeste do Estado da Paraíba, na Mesorregião do Sertão Paraibano, na Região Metropolitana do Vale do Piancó e na Região Geográfica

Intermediária e Imediata² de Patos. Limita-se ao Norte com Emas; ao Sul com Juru, Água Branca e Imaculada; Nordeste: Catingueira; a Leste: Mãe D'Água; e a Oeste: Piancó; Sudoeste: Santana dos Garrotes. O município possui uma área territorial de 596 km², entre as Coordenadas Geográficas 7° 13' 40" Sul e 37° 45' 03" Oeste (IBGE, 2019).

Portanto, o enfoque deste trabalho consiste no Distrito do Socorro está localizada na região central do município, a 29,1 Km da Sede de Olho D'Água e a cerca de 8 Km do açude Genipapo com capacidade de volume de água de 70 milhões de metros cúbicos - (FIGURA 7).

Figura 7: Localização do Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água



Fonte: IBGE (2019); Google Earth (2020); Prefeitura de Olho D'Água (2020).

Elevado à categoria de município com a denominação de Olho D'Água, pela Lei Estadual N° 2.670, de 22/12/1961, desmembrado de Piancó. Sede no antigo distrito de Olho D'Água. Constituído do distrito sede. Instalado em 23/10/1962. Em divisão territorial datada de 31/12/1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 17/1/1991. Pela Lei Estadual N° 59, de 14/06/1994, é criado o Distrito de Socorro e a anexado ao

² "A Região Geográfica Imediata de Patos é uma das quinze regiões imediatas do estado brasileiro da Paraíba, uma das cinco regiões imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Patos e uma das 509 regiões imediatas no Brasil, criadas pelo IBGE em 2017" (IBGE, 2017).

Município Olho D'Água. Em divisão territorial datada de 01/1/1995, o município passou a ser constituído de 2 distritos: Olho D'Água e Socorro (IBGE, 2019).

O Distrito do Socorro acha-se inserido no denominado “Polígono das Secas”, constituindo um tipo de clima semiárido quente e seco. A vegetação da área é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno e médio porte. A rede de drenagem é do tipo intermitente e seu padrão predominantemente dentrítico. Os riachos e demais cursos d'água que drenam a área, constituem afluentes da denominada Bacia do Rio Piancó. O relevo acha-se incluso na denominada “Planície Sertaneja”, a qual constitui um extenso pediplano (AB'SÁBER, 2003).

A base econômica da comunidade Distrito do Socorro encontra-se no setor primário, com a criação de caprinos e bovinos e a agricultura de subsistência voltada para a produção de arroz, feijão e milho no período chuvoso. Destaca-se a produção de banana, acerola e hortaliças a exemplo de coentro e alface.

O Distrito do Socorro dispõe de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na Rua Raquel Minervino com estrutura para atendimento a toda comunidade e sítios vizinhos, mantido e supervisionado pela Prefeitura Municipal de Olho D'água em parceria com o Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (SUS).

O Posto de Saúde tem a disponibilidade para atendimento na área de odontologia e de fisioterapia, conta com uma farmácia básica, além do médico do Programa de Saúde da Família (PSF) para atendimentos básicos. Ainda dispõe de um agente comunitário de saúde e um agente de endemias. Os casos que exigem maiores cuidados necessitam de deslocamento para a cidade de Olho D'água ou para outros centros.

O sistema de educação do Distrito do Socorro concentra-se totalmente na Escola Municipal, mantida sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Olho D'água em parceria com o Ministério da Educação (MEC). A escola atende aos alunos do Ensino Fundamental I e II da comunidade e das localidades mais próximas, aumentando assim, o fluxo de pessoas durante a semana no referido distrito.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Considerando o objetivo central do trabalho, que diz respeito realizar uma avaliação da potabilidade da água sob a perspectiva da política pública do Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água-PB, bem como, identificar os benefícios que a água tratada pode trazer para a saúde dos munícipes. A avaliação de uma política pública de saúde como meio de planejamento para a redução de doenças causadas pela dificuldade de acesso à água potável na comunidade Distrito Socorro, a pesquisa assume natureza exploratória, com método de pesquisa qualitativo dos resultados obtidos. A escolha desse método deu-se devido à capacidade do mesmo em evidenciar qualitativamente o problema enfrentado pela população.

A apresentação dos resultados qualitativos foi acompanhada de uma avaliação direcionada ao contexto que configura o objeto de estudo, de modo que se buscou cumprir o papel desse trabalho, no sentido de alcançar as propostas elencadas, através de um estudo de caso para a coleta de dados primários sobre a pesquisa de campo, uma ação efetiva da Gestão Municipal para melhorar o fornecimento da água na comunidade.

Como instrumento de campo, foram aplicados: observação direta através de visitas à região e uma entrevista por meio de um questionário junto aos moradores, tendo como destaque o sistema de rede de distribuição de água inaugurado no ano de 1992, além de observações *in loco*, além de registros fotográficos retiradas do local estudado, a fim de serem quanti-qualificados e discutidos nos resultados e discussão do referido trabalho desenvolvido.

A planificação da referida pesquisa inclui etapas distintas e complementares, na qual foram realizados levantamento de estudo bibliográfico, ou seja, uma pesquisa secundária em livros, artigos, *papers*, sites, documentários, entre outros. Bem como, a pesquisa primária, a qual se apresentou pertinente ao tema trabalhado e a pesquisa de campo (*in loco*) realizada.

O trabalho consistiu de um processo com **(1) Introdução; (2) Fundamentação Teórica**, que se encontra subdividido em temas tais como: Políticas Públicas e o Ciclo de uma Política Pública; b) Gestão dos Serviços Públicos e o Sistema de Saneamento Básico; c) O Déficit de Saneamento Básico no Brasil. **(3) Materiais e Métodos** com a: (a) Caracterização da Área de Estudo e os (b) Procedimentos Metodológicos. Bem como os **(4) Resultados e Discussão e as (5) Considerações Finais** e as **(6) Referências**.

A pesquisa foi realizada no Município de Olho D'Água-PB, mais precisamente no Distrito do Socorro. Esse consistiu em duas etapas distintas:

A primeira etapa consistiu da pesquisa dos dados secundários, com o levantamento bibliográfico (estudo da bibliografia concernente ao tema) e material cartográfico, extraído do IBGE

(2019), Google Earth (2020), Prefeitura de Olho D'Água (2020), cuja finalidade de ter embasamento para os próximos passos da pesquisa.

A segunda etapa consistiu de uma avaliação de campo (*in loco*) no Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água-PB, na qual foram aplicados questionários com a população da Comunidade, em um universo de 25 amostras. A pesquisa foi realizada no período de dezembro de 2020 a janeiro de 2021.

A quantidade de entrevistados correspondeu a aproximadamente 8% do total de 650 habitantes do distrito, que foi realizada no presente estudo uma caracterização detalhada, por meio de análises descritivas levando em consideração: (1) quatro variáveis locais: tamanho da população, sexo, idade e renda per capita; (2) três variáveis relacionadas à água consumida pelos moradores, tais como (a) doenças causadas pelo consumo da água; (b) gastos das famílias com fontes alternativas de água potável; (c) qualidade da água ofertada pelo poder público. A administração pública precisa trabalhar com eficiência e sustentabilidade para implementar políticas públicas que garantam à melhoria do atendimento à assistência básica de saúde através da oferta de água tratada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ineficiência da gestão pública do Município de Olho D'Água-PB, e em especial, no Distrito do Socorro, de oferecer acesso a universalidade de acesso água potável coaduna com a negligência do governo com esse direito que é imprescindível à subsistência humana, que impacta negativamente no bem-estar das pessoas, principalmente quanto a saúde. A problemática da qualidade da água que abastece Olho D'Água-PB não é um fato isolado na região, podem ser destacadas inúmeras cidades circunvizinhas, que apresentam o mesmo problema de potabilidade da água para consumo humano, em situação de descaso, sem condições dignas de uma água de qualidade.

O êxodo rural ainda é uma característica marcante na vida das famílias do Distrito de Socorro em Olho D'Água, pessoas de uma mesma família ou até famílias inteiras saem para outros lugares em de novas oportunidades de trabalho e sobrevivência, tendo em vista que as chuvas irregulares são insuficientes para os pequenos produtores sobreviverem apenas da agricultura e pecuária. Os pequenos produtores dispõem de poucos recursos para subsistência de suas famílias, mesmo que essa realidade tenha mudado nos últimos anos, impactadas por distribuição de terras, através do Programa de Reforma Agrária e pela construção de poços artesianos nas propriedades rurais, através de parcerias com o Banco do Nordeste ou com recursos próprios.

O povoado Distrito do Socorro tem como principais fontes de abastecimento de água o Açude Barroão, um poço artesiano e o abastecimento por carros pipas, institucionalizado pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), através do Programa Operação Pipa. O Distrito do Socorro tem na presença da gestão pública do município de Olho D'água a sua disposição rede coletora de esgoto, coleta e manejo de lixo semanal e rede de distribuição de água, faltando o abastecimento de água potável para completar o ciclo de saneamento básico.

Porém, sem tratamento adequado da água e com a intermitência que ocorre na distribuição do líquido precioso devido aos vazamentos e/ou quebra da bomba flutuante frequentes, a população compromete uma significativa parcela da renda para adquirir água potável, ou seja, sendo necessário o apoio de outras fontes de água para matar a sede. Semelhante à maioria dos serviços públicos de água em Olho D'água, o Distrito do Socorro vem enfrentado restrições financeiras e técnicas devido a uma gestão pouco eficiente, quanto ao sistema operacional resultante da falta de pessoal qualificado na própria comunidade.

Os problemas vem se agravando cada vez mais com a escassez de chuvas na região, ainda mais pelos recursos hídricos disponíveis limitados (reservatórios de água), infraestrutura obsoleta, falta de um programa de desenvolvimento de recursos humanos e falta de um sistema eficaz de

planejamento e gestão para água potável diante do município. A avaliação dos indicadores de desempenho selecionados mostram que os serviços de água prestados pela concessionária de água, Companhia de Água e Esgoto do Estado da Paraíba (CAGEPA) é insatisfatório devido a vários fatores, tais como, baixa cobertura do serviço, modo intermitente de distribuição de água, longo período de corte e má gestão e serviços de atendimento a população, como pode ser visto através da Figura 8.

Figura 8: Antiga caixa d'água usada para o abastecimento do Distrito do Socorro da década de 1990



Fonte: Arquivo próprio, 2021.

Essa caixa foi construída dentro do anexo da lavanderia pública, onde era disponibilizado um sistema de distribuição de água com várias torneiras para facilitar um acesso e local melhor, e com a construção da rede de distribuição de água com encanamento para as residências, essa obra foi totalmente financiada pela Gestão Pública Municipal em parceria com o Governo do Estado da Paraíba, concluída e inaugurada em 1994, portanto, no decorrer desse período o sistema foi desativado.

Os resultados deste estudo enfatizam a urgência de reformas abrangentes necessárias aos tomadores de decisão em Olho D'Água, e particularmente, no Distrito de Socorro, a fim de alcançar um sistema de abastecimento de água eficaz, eficiente e sustentável. O sistema de abastecimento de água do povoado melhorou um “pouco” com a construção do Açude Barroco, inaugurado em 1986, tendo como principal afluente o Riacho da Camarinha, localizado no Município de Olho D'Água-PB. Em meados da década de 90, a administração pública municipal construiu uma adutora e uma caixa d'água com boa capacidade de armazenamento para reserva e distribuição destinada à comunidade e arredores (FIGURAS 9 e 10).

Figura 9 e 10: Sistema de captação e armazenamento de água do Distrito do Socorro

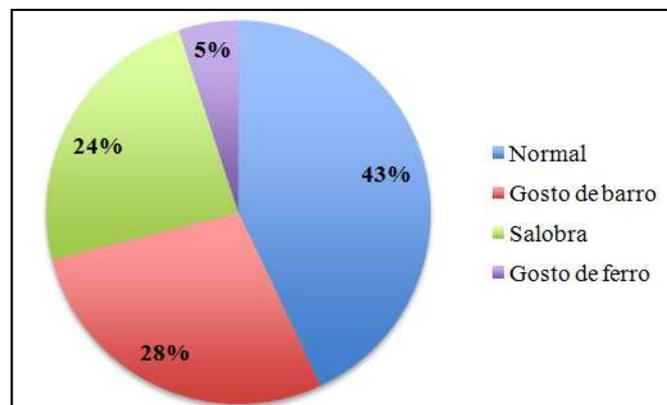


Fonte: Arquivo próprio, 2021.

A fiscalização do Açude Barroco é precária, o plantio de um capinzal está avançando sobre o leito do açude que vem agravando a problemática da potabilidade da água, pois seu contato com esse composto orgânico exala mau cheiro e deixa a água imprópria para o consumo humano. A comunidade Distrito do Socorro tem a disponibilidade de um poço artesiano, o mesmo tem boa capacidade de vazão para o bombeamento, mas a água salobra prejudica a saúde das pessoas.

Através de observação direta e de relatos dos moradores foi encontrada potencial concentração de sal no poço artesiano usado para complementar o fornecimento de água na comunidade, onde a população relaciona o consumo sistemático da água a problemas renais. Através de observação *in loco* junto aos moradores percebe-se a preocupação de todos com a água que chega às torneiras (GRÁFICO 1). Os mesmos fazem a filtração da água com pano limpo, e em seguida faz a aplicação de hipoclorito de sódio, seguindo orientações do Agente Comunitário de Saúde (ACS) do Município de Olho D'Água, que faz atendimento a comunidade.

Gráfico 1: Qualidade da água consumida no Distrito do Socorro, segundo a comunidade

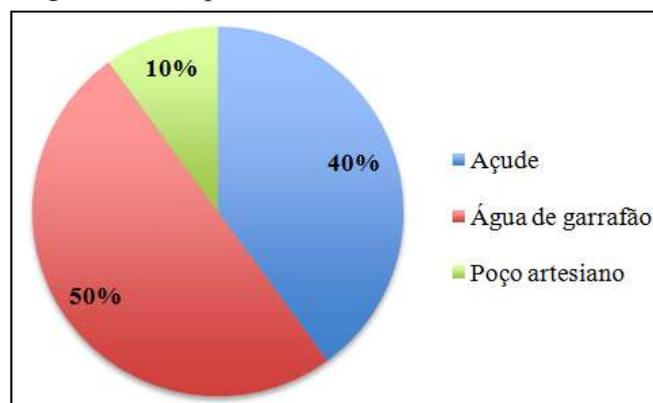


Fonte: Pesquisa direta, 2021.

Dos 25 moradores entrevistados, 43%, consideram que a água atende os padrões de qualidade, ou seja, o gosto encontra-se dentro da normalidade; 28% responderam que a água tem gosto de barro; 24% afirmaram que água consumida pela comunidade é salobra, gerando diversos conflitos socioeconômicos (principalmente para o consumo humano e animal); e 5% disseram que tem gosto de ferro, e é de péssima qualidade para o consumo humano. Considerando, a partir da concepção dos entrevistados que os reservatórios hídricos da região não oferecem uma água de qualidade, ou seja, totalmente potável, sendo necessário passar por um tratamento caseiro para que essa não promova danos à saúde familiar.

De acordo com dados levantados na pesquisa realizada, 50% dos moradores destinam uma parcela da renda para aquisição de garrações de água mineral ou água produzida a partir do adicionamento de sais (sódio, potássio, magnésio, cálcio), comercializadas nos mercadinhos da localidade, como principal fonte de água para beber (GRÁFICO 2).

Gráfico 2: Principal fonte de água utilizada para beber



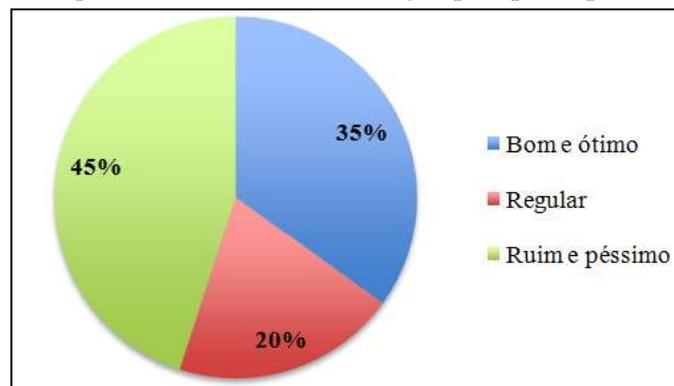
Fonte: Pesquisa direta, 2021.

Os entrevistados afirmaram que para a obtenção da água para beber utilizada pelas famílias provém, 40% do açude público; 50% de água de garrafão; e 10% de poços artesianos. Quando esses não têm recursos econômicos, 50% utilizam água para beber e cozinhar com um grau de potabilidade comprometida, quanto à qualidade do líquido consumido. Os moradores relataram que a água fornecida pela Gestão Pública Municipal, quando é proveniente do açude é lamacenta em razão da atuação de pescadores que fazem pesca de forma indiscriminada praticamente o ano inteiro, não havendo reclamações de denúncias para fiscalizar e controlar essa atividade para garantir a saúde dos moradores, ou quando o líquido chega às torneiras através do poço artesiano a água é muito salobra, devido a uma alta concentração de sal. Das 25 famílias entrevistadas, 41%, fazem um tratamento caseiro para diminuir os níveis de sais, gosto ruim e cor inadequada para consumo próprio, enquanto 9% utilizam a água inatura.

No início da década de 1990, a Comunidade Distrito do Socorro foi beneficiada como o sistema de distribuição de água, essa obra beneficiou muito a população local, pois proporcionou facilidade de acesso a água, não sendo mais necessário o uso de galões e veículos de tração animal para percorrer longas distâncias atrás desse líquido tão precioso a todos.

Com a instalação de uma bomba flutuante para captar a água da superfície do açude, o gosto de ferro que existia na água praticamente foi eliminado das torneiras daquela comunidade, porém, não foram identificados registros periódicos de análises físico-químicas e bacteriológicas³, para atestar que a água consumida não oferece riscos à saúde. Essa forma de tratamento precária prejudica muito a saúde dos munícipes, pois a falta de fiscalização e monitoramento da potabilidade da água para o consumo humano fica fora dos protocolos e padrões exigidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde) – (GRÁFICO 3).

Gráfico 3: Satisfação da população quanto ao fornecimento de água pelo poder público



Fonte: Pesquisa direta, 2021.

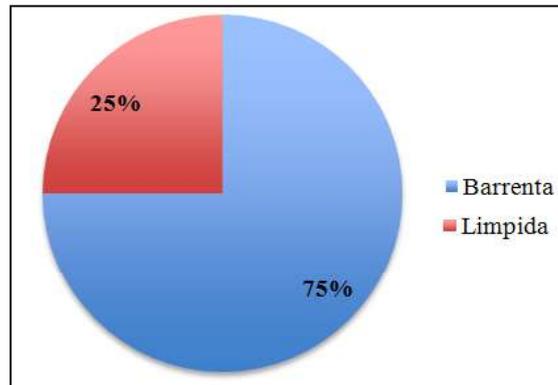
Com relação à satisfação da população quanto ao fornecimento de água pelo poder público, 35% da população consideram a água ótima e boa; 45% dizem que é regular; e 20% consideraram ruim e péssima. Tendo em vista que o fornecimento não apresenta de fato uma regularidade na comunidade, quanto 65% classificaram como regular, ruim e péssima, os quis disseram que contém substâncias na água que podem ser prejudiciais à saúde da população do distrito, ficando muitas famílias com a responsabilidade de coar a água em um pano que também não é recomendado, e em menor quantidade a ferver.

Na pesquisa realizada com a população, 75% dos moradores avaliam a coloração da água ofertada pela gestão pública como um alto grau de barro, popularmente, conhecida como barrenta, enquanto 25% dos entrevistados relataram que a água é límpida, como pode ser observado através do Gráfico 4. No entanto, a população que fez parte dessa pesquisa relatou que a falta de cronograma

³ Não houve acesso aos resultados das análises físico-químicas e bacteriológicas realizadas.

mensal de direcionamento da água, falta de manutenção no motor e motor reserva, e ainda pequenos vazamentos na adutora, que responsáveis pela diminuição da vazão da água, como principais problemas na disponibilidade da água atualmente, no qual os moradores exigem uma solução rápida e eficaz do poder público, sendo que, tais reivindicações têm relação direta com o bem estar das pessoas que habitam aquele povoado, principalmente os mais carentes.

Gráfico 4: Condições da coloração da água consumida pelo Distrito do Socorro



Fonte: Pesquisa direta, 2021.

Este trabalho teve o objetivo de estudar a problemática do abastecimento de água do Distrito do Socorro para a melhoria dos níveis de potabilidade da água ofertada. Os moradores relataram a falta de cronograma mensal de direcionamento da água, falta de manutenção no motor e ausência de motor reserva, e ainda pequenos vazamentos na adutora que são responsáveis pela diminuição da vazão da água, como principais obstáculos na disponibilidade da água atualmente, no qual os moradores precisam de uma solução rápida e eficaz da gestão pública, sendo que, tais reivindicações tem relação direta com o bem-estar das pessoas que habitam aquele povoado, principalmente os mais carentes.

Uma estação de Tratamento de Água tem a função de eliminar substâncias nocivas à saúde humana, por exemplo, o ferro, material encontrado em grande quantidade nas águas do semiárido nordestino, o manganês e outros metais, além de protozoários, vermes e bactérias a partir de cinco processos principais de tratamento: coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção.

Figuras 11 e 12: Estação Tratamento de Água (ETA) compacta em funcionamento, administrada pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgoto da Paraíba)



Fonte: Arquivo próprio, 2021.

De acordo com a OMS (2017, p. 8)

O abastecimento de água, cada vez mais, tem preocupado os gestores públicos, pois a Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que, para cada R\$ 1 investido em saneamento, gera-se uma economia de R\$ 4 em gastos com saúde, e atualmente, faz necessário pautar o saneamento básico, como forma de garantir à população o direito à água potável de qualidade, melhorando a operacionalidade da gestão pública na assistência dos serviços de saúde, ou seja, trabalhar com eficiência na aplicação dos recursos financeiros e materiais disponíveis, capazes de promover à cidadania de fato de direito, muitas vezes negligenciado pelos governantes.

Com base nos conteúdos referenciais, é possível notar como o tema saúde, cidadania e água potável estão sendo abordada em produções científicas, atribuído aqui, a responsabilidade dos gestores públicos no fornecimento de água potável pode ser uma ferramenta essencial para a saúde e proteção das pessoas, proporcionando-lhes qualidade de vida e bem estar social. Com relação a essa contestação, que se chegou ao seguinte ponto em que diminui a contaminação, eliminando um vetor de doenças causadas por doenças patogênicas como diarreia infecciosa, leptospirose, cólera, hepatite, esquistossomose e outras, além de doenças causadas por ingestão de substâncias tóxicas como chumbo, mercúrio, arsênio, pesticidas e muitas outras substâncias químicas (ANA, 2015). As fases do processo de tratamento da água são as seguintes de acordo com as Estações de Tratamento da Água (ETA's), como pode ser visto através do Quadro 2:

Quadro 2: Processo de tratamento da água através de uma ETA

Captação	Através de adutora a água bruta é captada no manancial e transportada diretamente para Estação de Tratamento da Água (ETA);
Coagulação e Floculação	Nesse processo a água passa a ter contato pesado com o sulfato de alumínio, após a coagulação há uma mistura lenta com a água, que serve para formação dos flocos com as partículas;
Decantação	Nesse processo, os flocos vão se depositando no fundo, separando-se da água. A água limpa vai para o filtro de areia;
Filtração	A água já decantada passa por um filtro de cascalho, areia e carvão mineral, onde vai se livrando dos flocos que não foram decantados na fase anterior e de alguns microrganismos;
Cloração	A água filtrada está limpa, mas ainda pode conter microrganismos causadores de doenças. Por isso, a água recebe um produto que contém cloro, que mata os microrganismos. Na água, o cloro age de duas formas principais: como desinfetante, destruindo ou inativando os microrganismos ou bactérias, e como oxidante de compostos orgânicos e inorgânicos presentes na água. A correção de PH é feita quando se coloca cal hidratada, corrigindo uma possível alcalinidade da água (PH).

Fonte: ANA, 2015.

Com isso, os interesses relacionados à realização da ação proposta, grupos de interesses podem influenciar positiva ou negativamente, a formulação e execução do projeto através de uma análise de soluções coletivas para o Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água, através de:

- Criar de um comitê para identificar os atores – pessoas, grupos ou instituições – que tenham interesse na viabilização do projeto de construção de uma ETA (Estação de Tratamento de Água) e aprofundamento dos debates em torno dos investimentos financeiros para promover bem estar, segurança alimentar, cidadania e proteção social, com foco no melhoramento da saúde dos moradores do Distrito do Socorro e comunidades vizinhas igualmente beneficiadas;
- Estimular o engajamento das lideranças locais para identificar possíveis conflitos dos atores envolvidos nesse projeto, permitindo a atuação mais efetiva e transparente em prol do projeto junto aos gestores públicos, destacando que o objetivo principal seja viabilizar saúde e proteção social para os munícipes, principalmente às crianças;
- Mapear todos os afluentes que são utilizados para consumo doméstico e viabilizar exames físico-químicos e bacteriológicos periódicos das águas que são ofertadas na comunidade junto à Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Saúde para realizar campanhas que destaque o quanto a água potável é importante para a vida de um povo, o quanto é necessário para uma

saúde completa e contínua. É inegável os benefícios que poderão advir com o abastecimento de água potável, sabendo que, as deficiências na estrutura do saneamento são significativos obstáculos à melhoria de índices relativos à saúde e a qualidade de vida das pessoas;

O presente estudo tem o interesse de demonstrar os benefícios da água que esteja em conformidade com os padrões de potabilidade estabelecidos na Portaria MS/GM 5/2017, pode trazer às pessoas da Comunidade Distrito do Socorro, a partir da instalação de uma Estação de Tratamento de Água (ETA), como forma de erradicação de doenças causadas pelo uso da água que não cumpre os requisitos padrão de potabilidade, e assim, solucionar a magnitude da crise e escassez da água para uma construção do direito a água potável e saúde na forma de uma política pública de saúde que seja capaz de proporcionar-lhes maior proteção, segurança e cidadania.

A Lei n. 11.445/2007 estabelece a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico como instrumento de planejamento para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, e ainda determina os princípios dessa prestação de serviços, as obrigações do titular, as condições para delegação dos serviços, as regras para as relações entre o titular e os prestadores de serviços e as condições para a retomada dos serviços. A referida lei estabelece no item do Capítulo I do Art. 3º que considera:

I - Saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- a) Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações residenciais e prediais, e respectivos instrumentos de medição;
- b) Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

Com base nas observações, é importante pontuar que o município de Olho D'água tem uma das maiores reservas de água do estado da Paraíba, o Açude Genipapeiro com capacidade máxima de aproximadamente 71,0 milhões de m³ de água, no qual essa água é utilizada basicamente para atender a cidade de Olho D'água, Triângulo e conjunto Lucia Braga pertencentes ao mesmo município que tem estimativa de cerca de 6 mil habitantes, no qual dispõe de um sistema adutor e de tratamento administrado pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgoto da Paraíba).

A Gestão Pública Municipal utiliza a água do Açude Genipapeiro para abastecer também, com água encanada, os sítios e comunidades que vivem no entorno do referido açude, não tem a disponibilidade de um sistema que forneça água potável à vizinhança que tem uma população

estimada em aproximadamente 120 famílias. Em virtude da saúde e a cidadania nunca terem sido prioridade para os governantes; que em várias situações utilizam da miséria de um povo para potencializar o poderio econômico e político de um pequeno grupo de privilegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado ao longo desse trabalho, pode-se reafirmar a importância que a água tratada tem para a saúde humana, visto que a oferta de água potável pode impactar positivamente na

vida de todos com melhores condições de higiene e segurança alimentar, e a falta de acesso à água potável tem sido considerada fator de risco à saúde em todo o mundo. A população do Distrito do Socorro no Município de Olho D'Água-PB é um reflexo da maioria dos municípios paraibanos e brasileiros, que sofrem com a precariedade dos serviços públicos e pela falta de perspectivas de investimentos em obras ou aquisição de equipamentos para melhorar a distribuição, controle de qualidade e tratamento da água.

Os serviços essenciais da administração pública apresentam benefícios indiretos da redução de custos no sistema público de saúde, não só da comunidade, como de todo o município. Um percentual da população entrevistada alega que os problemas renais são oriundos da água que os moradores consomem. A conclusão que se chega é que medidas urgentes devem ser tomadas, apontando sempre para a necessidade do tratamento da água e aumentar a oferta da mesma, tais como o Açude Genipapeiro, cisternas, poços artesianos, caixas d'água, entre outros reservatórios que se armazenam água em Socorro.

A Gestão Municipal no exercício do dever de cuidar do povo, sabendo que é nas cidades que a vida acontece, precisa assumir a responsabilidade de tratar a água potável como importante política pública, entendendo no abastecimento de água potável um serviço público de caráter essencial para sobrevivência humana, à água potável é um importante aliado no combate das doenças que se originam desse líquido se não estiver em conformidade com os padrões de potabilidade exigidos pelos órgãos de controle de qualidade e tratamento da água. Para isso, é necessário que a população se mobilize, com intuito de chamar a atenção do Poder Público, seja municipal e/ou estadual para viabilizar construção de adutoras e/ou barragens subterrâneas para aumentar a capacidade de produção e oferta de água potável, para promover saúde e qualidade de vida, transformando o descaso, em pleno direito à cidadania.

Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que para promover saúde pública de qualidade através do fornecimento de água potável é um tema de grande relevância e faz necessário trabalhar com sensibilidade e consciência para potencializar o conhecimento dos gestores públicos, a fim de direcionar recursos para mudar a realidade e passar a dar uma importante contribuição para melhoria da qualidade de vida da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Executiva das Águas. **Caderno de Recursos Hídricos**. Disponibilidade e Demandas de Recursos Hídricos no Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Brasília-DF: MMA, 2015.

- AB'SÁBER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL. **Manual do Saneamento**. Brasília: Funasa, 2006
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria Operacional**. Brasília, 2010.
- BRASIL. PNSB. **Política Nacional de Saneamento Básico 2008**. Brasília-DF: 2008.
- BRASIL. PNRH. Política Nacional de Recursos Hídricos. **Lei Nº 9.433/1997**. Brasília-DF: 2007.
- BARROS, R. T. V. et al. **Saneamento**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. (Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – volume 2).
- BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. **Public Management and Governance**. London: Routledge., 2003.
- CAVINATTO, V. M. **Saneamento Básico**: fonte de saúde e bem-estar. São Paulo: Moderna, 1992.
- AGÊNCIA BRASIL. **Mais da Metade da População Mundial não tem Acesso a Saneamento Básico, diz ONU**. Publicado em 12/07/2017. Nova York (EUA). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 24/09/2020.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FONSECA, F. Dimensões Críticas das Políticas Públicas. **Cadernos EBAPE.BR**. On-line version. ISSN 1679-3951 Vol.11 no.3 Rio de Janeiro Sept./Nov. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512013000300006>. Acesso em: 15/09/2020.
- GARCIA, F. Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento. **Relatório de Pesquisa produzido para o Instituto Trata Brasil**. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). **Base de Dados Por Municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil**. IBGE-RJ: IBGE, 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios do Brasil**. IBGE-RJ: IBGE, 2019.
- LASWELL, H. **Política**: quem ganha o que, quando, como. Brasília: Edunb, 1984.
- LOUREIRO, A. L. Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Estado da Bahia: análise de diferentes modelos. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana. Salvador-BA: UFBA, 2009.
- LUNA, C. F. Avaliação do Impacto do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) na Saúde: ocorrência de diarreia no Agreste Central de Pernambuco. **Tese de Doutorado**. Centro e Pesquisas Aggeu Magalhães. Recife-PE: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.
- LYNN, L. E. **Projetando Políticas Públicas**: um livro de casos sobre o papel da análise de políticas. Santa Mônica - Califórnia: Goodyear, 1980.
- MEAD, L. M. **Políticas Públicas**: visão, potencialidades, limites. *Correntes Políticas*: [S.l.], p. 1-4, fev., 1995.
- MEDEIROS, A. M. Políticas Públicas. Sabedoria Pública, 2018. **Site - Estudo da Política**. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%A9ncia-politica/politicas-publicas/>. Acesso em: 15/09/2020.

MELO A. C. **Arquivo Pessoal**. Patos-PB: 2018.

NETO, V. P. Avaliação da Qualidade da Água de Represas Destinadas ao Abastecimento do Rebanho na Embrapa Pecuária Sudeste. **Dissertação (Mestrado em Ecologia)**. Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada. Universidade de São Paulo: São Carlos, 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Abastecimento Urbano de Água**: panorama mundial. Nova Iorque: ONU, 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Gestão de Serviços Públicos**. Gestão e Administração. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/gestao-de-servicos-publicos/45519#:~:text=Considerar%20as%20atitudes%2C%20prefer%C3%AAs%20e,aumentando%20a%20receptividade%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19/09/2020.

PMOA. Prefeitura Municipal de Olho D'Água. **Arquivo da Prefeitura Municipal de Olho D'Água**. PMOA-PB, 2020.

REIS, M.; FERREIRA, J. **Desafios da Gestão Pública Rumo a Excelência**. 2019. Disponível em: <https://www.alagoinshoje.com/desafios-da-gestao-publica-rumo-a-excelencia-marilia-reis-jeanine-ferreira/>. Acesso em: 25/09/2020.

REYMÃO, A. E. & SABER, B. A. Acesso à Água Tratada e Insuficiência de Renda: duas dimensões do problema da pobreza no Nordeste brasileiro sob a ótica dos objetivos de desenvolvimento do milênio. **VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Fortaleza-CE, 28 a 30 de novembro de 2007. p.1-20.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SETTI, A. A., et al. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**. 2 ed. Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas. Brasília-DF: Agência Nacional de Energia Elétrica, 2001.

TRATA BRASIL. Saneamento é Saúde. **O Que é Saneamento?**. 2017. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20saneamento%20b%C3%A1sico,s%C3%B3lidos%20e%20de%20%C3%A1guas%20pluviais>. Acesso em: 24/09/2020

WÖHLKE, R. Análise de Políticas Públicas: o papel das instituições participativas na efetividade política municipal de assistência social de Florianópolis no período de 2011 a 2016. **Dissertação (Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis-SC: UFSC, 2016.



Universidade Estadual da Paraíba
 Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas
 Campus VII – Patos - Paraíba
 Curso de Bacharelado em Administração

QUESTIONÁRIO

AVALIAÇÃO DA ÁGUA POTÁVEL SOB A PERSPECTIVA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NA COMUNIDADE DISTRITO DO SOCORRO NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA-PB

1. Sexo: () Masculino () Feminino () Outro
2. Idade: () Até 21 anos () Entre 21 e 40 anos () Entre 41 e 60 anos
() Acima de 60 anos
3. Renda mensal (salários) por residência? () Até 1 salário mínimo () Entre 1 e 2 salários
() Maior que 2 salários
4. Fonte de água utilizada atualmente, para a família beber? () Açude () Água de garrafão
() Cisterna () Poço artesiano () Barreiro () Carro-pipa
5. De onde provém a água para cozinhar? () Açude () Água de garrafão () Cisterna
() Poço artesiano () Barreiro () Carro-pipa
6. Quanto à família gasta por mês com água para consumo doméstico?
() Até 25 reais () Entre 25 e 50 reais () Mais de 50 reais () Nada
7. Como você avalia o fornecimento da água distribuída pela Gestão Pública na comunidade?
() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
8. Como você avalia a qualidade da água que chega pela torneira e/ou outro reservatório?
() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
9. Qual o gosto da água que chega pela torneira e/ou outro reservatório?
() Salobra () Normal () Gosto de ferro () Gosto de barro
10. Qual é a cor da água que chega à torneira e/ou outro reservatório?
() Barrenta () Esverdeada () Límpida () Não sabe identificar
11. O órgão responsável pelo fornecimento da água faz análises periódicas da água na Comunidade?
() Sim () Não () Não sabe informar
12. Faz algum tipo de tratamento caseiro na água oferecida pelo poder público?
() Sim () Não
Se sim, qual tipo? () Filtro artesanal () Fervura () Coa com o pano () Hipoclorito de sódio
13. Você ou alguém da família já adquiriu alguma doença decorrente do consumo da água ofertada pela gestão pública? () Sim () Não () Não sabe informar
14. Você concorda que o tratamento da água pode ser entendido como uma política de inclusão social? () Sim () Não () Não sabe informar